

“Demarcando e ocupando o território internacional”: ativismos digitais de mulheres indígenas brasileiras através da ANMIGA


“Demarcating and occupying international territory”: digital activism of Brazilian indigenous women through ANMIGA

Claudia Regina Nichnig

Doutora em Ciências Humanas e História
Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)

E-mail: claudianichnig@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9689-8112> 

Informações completas sobre autoria estão no final do artigo 

Resumo: As mulheres indígenas brasileiras organizadas na Articulação de Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) atuam em rede e realizam a divulgação das suas ações nacionais e internacionais através, principalmente, da página no Instagram. Elas realizam o que estou conceituando como ativismo digital. A atuação internacional e as agendas de luta, como o enfrentamento às violências, são publicizadas por meio da página do Instagram da ANMIGA, evidenciando como a presença das mulheres indígenas brasileiras em espaços internacionais, como as reuniões do Comitê CEDAW, promovem conexões globais e a construção de redes. A metodologia do artigo se constitui a partir de pesquisa no Instagram, com o objetivo de articular, analisar e apontar algumas das frentes de ação, como ocorre sua atuação internacional. Essas mulheres indígenas, que são lideranças de suas etnias, estão presentes não só em seus territórios, mas também em espaços de poder nos grandes centros, o que fortalece as redes e conexões que se originam nos territórios tradicionais. Assim, o vínculo com os territórios ancestrais aponta que o enfrentamento às violências de gênero sofridas em seus corpos-território são uma de suas principais agendas de luta.

Palavras-chave: Ativismo digital; mulheres indígenas; violências contra as mulheres, violências de gênero; ANMIGA.

Abstract: Brazilian indigenous women organized in the ANMIGA (Articulation of Indigenous Women Warriors of Ancestry) network and publicize their national and international actions mainly through their Instagram page, carrying out what I am conceptualizing as digital activism. International activities and struggle agendas, such as confronting violence, are publicized through ANMIGA's Instagram page, highlighting how the presence of Brazilian indigenous women in international spaces, such as CEDAW Committee meetings, promotes global connections and the construction of networks. The article's methodology is based on research on Instagram, with the aim of articulating, analyzing and pointing out some of the fronts of action, as well as its international performance. These indigenous women, who are leaders of their ethnic groups, are present not only in their territories, but also in spaces of power in large cities, which strengthens the networks and connections that originate in traditional territories.

Thus, the link with ancestral territories indicates that confronting gender-based violence suffered in their territorial bodies is one of the main agendas of struggle.

Keywords: Digital activism; indigenous women; violence against women; gender violence; ANMIGA.

Introdução

Em 2024, a Articulação de Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA) encaminhou o relatório intitulado “Indígenas Mulheres do Brasil em Defesa de seus corpos território”, no qual apresenta “as vozes de mulheres originárias de todos os biomas brasileiros” ao Comitê CEDAW¹. O relatório foi realizado “com base na Recomendação Geral n. 39, que fornece orientações aos Estados sobre as medidas legislativas, políticas e outras medidas relevantes para garantir a implementação de suas obrigações em relação aos direitos das Mulheres e Meninas Indígenas”. O documento levou ao Comitê recomendações intituladas como: “direito territorial”, “emergência climática” e “violência de gênero”.

Neste relatório, a ANMIGA elenca questões imprescindíveis para que o governo brasileiro cumpra as determinações que estão de acordo com o que elencam os documentos do próprio Comitê CEDAW e, principalmente, a recomendação número 39, do ano de 2022, que trata do “primeiro instrumento internacional de direitos humanos especificamente voltado para as mulheres e meninas indígenas” (ONU Mulheres, 2022), o qual vem atender às demandas específicas desta população. É preciso destacar que o enfrentamento às violências de gênero segue sendo uma pauta prioritária para garantir a sobrevivência e a re-existência de meninas e mulheres indígenas brasileiras. Nesse sentido, é preciso destacar que medidas específicas precisam ser implementadas para sua proteção, como a existência de intérpretes nas delegacias de polícia e em todo o sistema de Justiça e, ainda, a existência de equipamentos públicos acessíveis para as mulheres indígenas, pensando as grandes distâncias que separam as regiões onde reside parte da população indígena, como as reservas indígenas, e onde se localizam os equipamentos públicos, geralmente existentes em locais mais centrais das cidades.

¹ O CEDAW é a sigla em inglês para a Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. Tratado internacional de direitos humanos que se configura enquanto documento que possui força de lei e um mecanismo periódico de monitoramento. Passa por um processo interno de ratificação e cria obrigações legalmente vinculantes para o Estado. É importante ressaltar que a CEDAW é o único tratado internacional de direitos humanos das Nações Unidas focado especificamente nos direitos das mulheres e somente em 2022, através da Recomendação de número 39, apresentou uma recomendação específica para as meninas e mulheres indígenas.

Neste artigo, tratarei do ativismo digital ou net-ativismo realizado pela ANMIGA na rede social Instagram, buscando enfatizar os caminhos da articulação, especialmente na visibilidade do coletivo e sua participação em espaços internacionais de luta, como as reuniões do Comitê CEDAW. Nessa esfera global, o Comitê determina expressamente o dever de eliminar a discriminação contra as mulheres, sendo que os Estados-Partes devem assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres, o acesso à segurança, aos serviços médicos — inclusive os referentes ao planejamento familiar, à assistência apropriada e gratuita à mulher durante a gravidez, parto e puerpério, com nutrição adequada durante a gravidez e a lactância. Soma-se a este dispositivo o dever de eliminar leis e práticas discriminatórias, além da sanção dos responsáveis (art. 2º da CEDAW, 2022).

Pretendo enfatizar a importância de ocupar espaços políticos e públicos, buscando ecoar vozes oriundas de todos os biomas brasileiros, principalmente no que se refere ao enfrentamento às violências de gênero. Para isso, o uso de uma plataforma, como o Instagram, possibilita conectar parentas brasileiras e, ainda, as motiva e as impulsiona para a ocupação de espaços diversos, como os espaços de poder, principalmente os políticos e os encontros internacionais.

ANMIGA: uma história ancestral que sustenta os passos rumo ao futuro

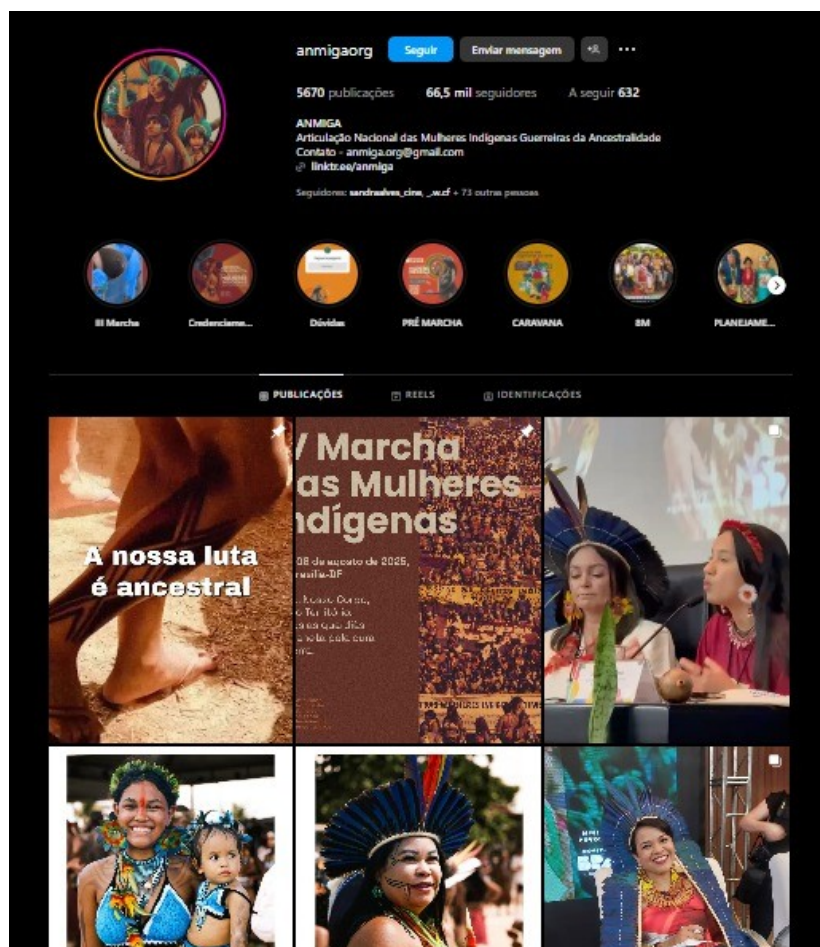
A articulação foi criada por mulheres indígenas de todos os biomas brasileiros, a partir do encontro ocorrido durante a 1ª Conferência das Mulheres Indígenas, realizada em Brasília, em 8 de março de 2021. A grande articulação de Mulheres Indígenas protege e incentiva este encontro de saberes e tradições, reconhecendo as “lutas que se somam e convergem, a qual conectou mulheres mobilizadas pela garantia dos direitos indígenas e da vida dos seus Povos” (ANMIGA, s.d.). Apesar de seus apenas quatro anos de existência, a articulação já obteve grandes resultados, como a motivação e o incentivo de muitas organizações de mulheres indígenas, a possibilidade de novos encontros e assembleias nacionais, bem como a visibilidade de lideranças indígenas, como Sonia Guajajara², atual ministra do Ministério dos Povos Indígenas — órgão criado no governo

² Sonia Bone de Sousa Silva Santos, indígena do povo Guajajara/Tentehar. Pós-graduada em Educação Especial, Bacharel em Letras. Destaca-se por sua luta histórica pelos direitos dos povos originários e pelo meio ambiente. Tem reconhecimento internacional na defesa dos direitos dos povos indígenas, seus territórios e causas socioambientais, sendo eleita uma das 100 pessoas mais influentes de 2022 pela revista TIME. Atuou em várias organizações indígenas, como a Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (Coapima) e a Coordenação das

do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com *status* de ministério — e a deputada federal pelo estado de Minas Gerais, a professora indígena Célia Xakriabá³.

A intensa atividade da Articulação na WEB ocorre, principalmente, em sua conta no Instagram. No dia 17 de maio de 2025, a conta possuía 5.670 publicações e 66,5 mil seguidores, apresentando publicações diárias, mobilizando seguidores e seguidoras na plataforma.

Figura 1 - Página do Instagram da ANMIGA em 17 de maio de 2025



Fonte: @anmigaorg (2025).

[Descrição da imagem]: página do Instagram, com fundo preto, imagem da conta a esquerda e informações como o número de publicações e seguidores, abaixo diferentes ícones. Na parte inferior apresenta seis diferentes publicações, contendo imagens de mulheres indígenas participando de eventos e marchas, bem como uma mãe indígena com uma criança no colo. [Fim da descrição].

Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). Foi coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) (Ministério dos Povos Indígenas, s.d.).

³ A deputada possui intensa atuação na Câmara Federal, o que pode ser observado pelo número de participações e propostas. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/206018>. Também é membra bastante atuante na ANMIGA e nas redes sociais. O Instagram da parlamentar indígena conta com 6692 publicações e contém 317 mil seguidores em 19 de maio de 2025.

Criada em 04 de março de 2021, a conta da articulação na plataforma teve como primeira postagem “As originárias da terra. A mãe do Brasil é indígena” e informou que se trata de “uma iniciativa que mobiliza as mulheres indígenas de todas as regiões do país na luta pela garantia dos direitos dos povos” (Instagram, 2025). A conta no Instagram, além de veicular publicações diárias, se divide em pastas como “Manifesto”, “Marcha das Mulheres”, “Caravana das Originárias” e “Quem somos”. Na descrição do “Quem somos”, informa-se que se trata de “mulheres indígenas brasileiras dos diferentes biomas”, sem identificar o nome das fundadoras. Neste mesmo item está localizada uma chamada “linha do tempo”, que identifica datas importantes para a organização das mulheres indígenas brasileiras, como a criação das organizações das próprias etnias e a promulgação de leis federais — as quais são fundamentais para a conquista dos direitos das mulheres, como a Lei Maria da Penha, em 2006 (Brasil, 2006).

Figura 2 - Data de criação da página do Instagram da ANMIGA, em março de 2021.



Fonte: @anmigaorg (2025).

[Descrição da imagem]: Imagem com fundo preto, ao centro em formato de círculo a imagem de mulheres e crianças indígenas usando cocares coloridos, abaixo informação sobre a data da adesão e a localização da conta do Instagram da ANMIGA. [Fim da descrição].

A Articulação também possui um site, o qual armazena documentos importantes e notícias. Apesar da importância das informações nele contidas, o Instagram é a mídia em que se encontra a maior movimentação e a maior interação entre as participantes,

apoiadoras e apoiadores da Articulação. Além de informar sobre as principais atividades apoiadas e realizadas pela articulação, é um espaço que estimula a participação de outras parentas e, sobretudo, dá visibilidade às organizações locais de mulheres indígenas.

O Instagram publiciza informações diversas, sendo que identifiquei alguns grupos de notícias que apresentam como há uma diversidade de frentes e publicações da Articulação: o primeiro grande grupo de publicações se refere às notícias sobre as atividades promovidas pela ANMIGA (como a organização e a participação das mulheres na Marcha de Mulheres Indígenas), as Conferências das Mulheres Indígenas divididas por região (Etapa Jurema da Conferência, publicada em 13 de maio, e a Etapa Araucária, em 15 de maio de 2025), bem como a participação nos acampamentos da ATL (como a publicação de 04 de abril de 2025, em que Kuna Aranduhá, Jaqueline Gonçalves, do povo Kaiowá do Mato Grosso do Sul, convida as parentas e se juntarem na luta e no acampamento).

O segundo grupo contém publicações que se referem às atividades realizadas pelas inúmeras organizações vinculadas à ANMIGA, citando como exemplo as reuniões de alguns grupos, como a Organização das Mulheres do Alto Xingu (publicado em 16 de maio de 2025, sobre a reunião que iniciou no dia anterior), o grupo de publicações de apoiadores e apoiadoras da Articulação: por meio de posts, são divulgados vídeos e imagens de celebridades brasileiras usando camisetas da Articulação, como a atriz Dira Paes (publicado em 10 de abril de 2025, com 517 comentários, até 16 de maio de 2025), a cantora Anita (seu post, publicado em 09 de abril de 2025 obteve 3.227 curtidas e 19 comentários, até 16 de maio de 2025), a moção de apoio do ator Marcos Palmeira (publicada em 11 de abril de 2025, com 28,4 mil curtidas e 1.089 comentários), o grupo de publicações de datas comemorativas, como a mensagem do dia das mães “A mãe do Brasil é Indígena” (publicada em 11 de maio de 2025, teve 6.921 curtidas, até 16 de maio de 2025), e a publicação do “Dia da conquista do voto Feminino” (publicada em 24 de fevereiro de 2024, obteve 284 curtidas).

A centralidade das publicações sobre o incentivo para a formação de uma bancada do cocar deve ser destacada, já que uma das questões centrais para a articulação é a ocupação de espaços de liderança, principalmente no ano de 2024, quando as publicações foram intensificadas em relação às candidaturas de mulheres indígenas e houve eleições de algumas das participantes e mulheres apoiadas pela ANMIGA. Destaco, nesse sentido, as publicações referentes à candidatura de Ingrid Sataré Mawé, que foi candidata ao cargo de vereadora em Florianópolis e foi eleita (Instagram, 2024). Também há a participação das lideranças nacionais que já ocupam cargos de liderança

política, como Sônia Guajajara e Célia Xakriabá, as quais são bastante destacadas na conta da Articulação, tendo em vista que são lideranças nacionais e internacionais.

Importante ressaltar, também, o espaço que a Articulação dá para as publicações que se referem a denúncias dos crimes praticados contra meninas e mulheres indígenas, como feminicídios, estupros, além de informações sobre meninas e mulheres desaparecidas. Foram destaque as publicações no Instagram sobre o feminicídio de Raíssa Kaiowá e Daiane Kaingang; ambos os crimes foram lembrados nas atividades da Segunda Marcha das Mulheres Indígenas, que ocorreu em Brasília, entre os dias 7 e 11 de setembro de 2021. Em 6 de outubro de 2021, a denúncia do acusado pelo feminicídio de Daiane Kaingang também foi informada, destacando, especialmente, que “a prática decorreu de motivo torpe, correspondente ao desprezo do denunciado pela população originária Kaingang e seus integrantes (etnofobia), nutrido pela falsa ideia de que tal comunidade e as autoridades constituídas reagiriam com passividade ao estupro em razão de sua condição de indígena” (Instagram, 2021). O julgamento do caso e a condenação do acusado foram objeto de inúmeras publicações em 2024, ano do julgamento.

As publicações relativas às campanhas que promovem o “aldear a política” também incentivam a participação nas Marchas das Mulheres Indígenas, momento singular da Articulação, em que mulheres indígenas de diferentes etnias marcham por direitos nas ruas de Brasília. A página tem atuado como um grande espaço de encontro, de denúncia, mas também de divulgação das atividades desempenhadas por várias de suas lideranças, nas atividades da ANMIGA, e também dos grupos os quais representam (grupos específicos de suas etnias, estes localizados em seus territórios tradicionais). São mulheres-terra, mulheres-água oriundas dos cinco biomas brasileiros que, ao ocuparam espaços de lideranças nos grandes centros, como a Capital Federal e outros fora do Brasil, permanecem constantemente ligadas aos seus territórios tradicionais, fazendo ecoar as vozes das mulheres que ocupam os territórios tradicionais.

Violência de gênero: pauta que necessita enfatizar o recorte étnico

A ênfase no enfrentamento às violências se dá através de publicações sobre as legislações que protegem as mulheres, mas também fazendo circular informações sobre meninas e mulheres indígenas vítimas de violências. Isso incentiva para que sejam

tomadas medidas para que as populações saibam da ausência de investigações e/ou punições e que exijam justiça. As mulheres clamam, sobretudo, pela necessidade de que políticas públicas de segurança considerem as especificidades das mulheres indígenas, proporcionando uma efetiva proteção no que se refere às violências sofridas.

Não há uma conquista de direitos, que de um modo geral deva abranger todas as mulheres, sendo que as indígenas ainda não têm seus direitos à vida, à segurança e à saúde garantidos e protegidos, por exemplo, pois são alvos constantes de violências. O que evidenciam as lideranças é que há uma ausência da proteção do Estado Brasileiro em relação às mulheres e meninas indígenas. As lideranças indígenas apontam que a violência de gênero é uma questão primordial a ser enfrentada.

Dessa forma, apresento este ativismo digital a partir da participação das lideranças em espaços internacionais vinculada à ênfase no enfrentamento às violências como importante atuação da ANMIGA. Demonstra-se, assim, como a ocupação desses espaços internacionais e as alianças realizadas são imprescindíveis para a permanência e para o fortalecimento da articulação, como espaços de re-existências.

Ademais, as violências cometidas contra as mulheres não se restringem ao passado colonial, mas são situações do presente. Na perspectiva dos estudos decoloniais:

[...] qual o lugar que os povos indígenas ocuparam e ocupam no Sistema Mundo Moderno/Colonial? De acordo com a teoria do Sistema Mundo Moderno/Colonial, percebe-se que esse lugar é marcado pela violência, pela exclusão, pela negação de sua alteridade, pela expropriação de suas terras e por sua transformação em mão de obra barata ou reserva de mão de obra (Resende; Nascimento, 2018, p. 99).

É importante registrar que a negação da alteridade foi uma das características para a dominação, pois, ao negarem a humanidade das pessoas, fizeram uso das violências para a dominação, o genocídio e a usurpação dos territórios e saberes ancestrais. Assim, em relação às violências, quando o marcador de gênero é acrescido, nos ensinam as autoras María Lugones (2014) e Rita Laura Segato (2021) que, na lógica colonial moderna, foi atribuído um lugar de inferioridade para as mulheres. Este lugar de inferioridade causou dor e sofrimento, fazendo com que as mulheres indígenas fossem vítimas de formas variadas de violências (Nichnig, 2024). Entretanto, elas permanecem resistindo no tempo presente, com este ativismo nas redes sociais, principalmente no século XXI, que, de acordo com algumas autoras, se intensifica a partir de 2015, com o

que se chamou de “Primavera das Mulheres” ou Quarta Onda Feminista (Pedro; Lemes, 2019), percebido como um ativismo digital ou ciberativismo (Scherer-Warren, 2013).

A utilização deste espaço virtual pelas mulheres indígenas, principalmente através da Articulação, serve como espaço de conexão entre as parentas das diferentes etnias, mas também para conectar apoiadoras e apoiadores, já que as mulheres indígenas seguem denunciando a ausência do Estado diante de suas demandas. A estratégia de ocupar espaços internacionais também possibilita abranger uma maior rede de pessoas conectadas em suas lutas, fazendo ecoar suas vozes através e para além do Atlântico.

Demarcando e ocupando espaços de luta coletiva: do território ancestral à terra do colonizador

A ideia de problematizar a atuação internacional das mulheres merece ser destacada, pois a participação das mulheres indígenas nos eventos internacionais proporcionou a criação de documentos específicos, os quais observam suas especificidades a partir do recorte étnico. Embora seja importante a formação política de mulheres indígenas para a candidatura nas eleições municipais, estaduais e federais, para atuação em território internacional, entendem também como importante a participação em espaços internacionais de luta das mulheres. A utilização das mídias digitais por este e outros grupos indígenas proporciona que outras pessoas se conectem com suas lutas, criando uma rede de apoiadores e apoiadoras, nacionais e internacionais.

Assim, por ser uma articulação de cunho nacional e englobar mulheres de várias etnias, possibilita conectar, por meio do ativismo digital, mulheres indígenas em seus coletivos, além de compartilhar experiências comuns, enfatizando projetos e a necessidade de criar organismos específicos das mulheres — os quais enfatizam suas demandas específicas, sem esquecer a luta pelo direito ao território ancestral. Essa atuação se dá para além dos seus grupos étnicos e se transforma em um ativismo que visa agendas políticas que se conectam internacionalmente, dentro e fora da América Latina (Barrancos, 2022). Trata-se de espaços de construção e fortalecimento de lideranças femininas, bem como de um ativismo digital que busca a empatia e o apoio internacional. São lutas que não são restritas apenas a uma etnia, mas que se conectam em questões mais abrangentes e coletivas, como o enfrentamento às violências de gênero, que significa manter seus corpos presentes e fortalecidos na luta. São corpos-

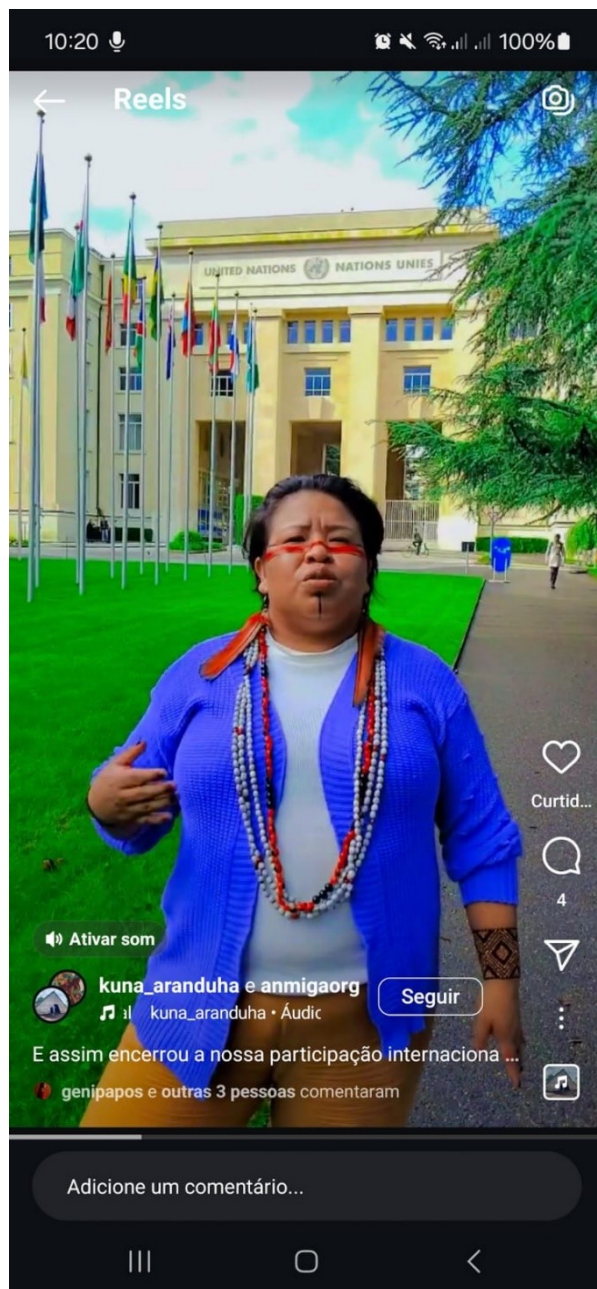
territórios presentes na luta que, mesmo que tombem, como os nomes de Raissa Kaiowá e Daiane Gria Kaingang — continuam enfatizados e lembrados pelas páginas da Articulação.

Em 30 de maio de 2024, a informação veiculada no site e no Instagram da Articulação foi de que “Jaqueline Aranduhá, do povo Guarani e Kaiowá, demarcou e ocupou o território internacional de Genebra, na Suíça, representando a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade — ANMIGA, na 88ª CEDAW”. As diferentes atividades que contaram com a presença da liderança indígena Kaiowá e Guarani aconteceram no Palácio das Nações Unidas, em Genebra, no período de 13 a 31 de maio de 2024. Kuna Aranduhá (Jaqueline Gonçalves) é uma das lideranças da Kunangue Aty Guasu, Grande Assembleia das Mulheres Indígenas Guarani e Kaiowá, e também cofundadora da ANMIGA, Articulação das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade — ANMIGA. Representante do bioma Pantanal, Kuna Aranduhá ocupa espaço importante na organização e, ao participar desse evento internacional, fez ecoar a sua voz e a de outras mulheres indígenas brasileiras em busca das reivindicações coletivas, evidenciando que as mulheres brasileiras, em especial as meninas e mulheres indígenas, precisam lutar pela sobrevivência e precisam dessas redes colaborativas.

A presença de Kuna Aranduhá naquele espaço também fez ecoarem as vozes de suas parentas, já que ela é uma defensora de Direitos Humanos. Foi Aranduhá quem entregou o documento formulado pela ANMIGA na Assembleia realizada em Genebra em 2024.

O relatório elenca três questões centrais que enfatizam a centralidade da pauta do enfrentamento às violências de gênero. É importante ressaltar que direitos foram conquistados em relação à proteção as violências cometidas contra as mulheres, seja na esfera nacional ou internacional, como através da Lei Maria da Penha, do ano de 2006. É importante registrar, todavia, que as mulheres indígenas evidenciam que a proteção em relação aos seus corpos-territórios necessita considerar suas especificidades. Assim, mesmo diante de legislações protecionistas, em que direitos foram conquistados na esfera formal, as mulheres indígenas denunciam as inúmeras violências sofridas em seus corpos, o que se traduz nos feminicídios constantemente informados na página do Instagram da ANMIGA e no fato de muitos casos não serem resolvidos ou, ao menos, investigados. As violências cotidianamente relatadas evidenciam que uma vida sem violência ainda é algo a ser conquistado, pois muitos corpos têm tombado no caminho, na luta.

Figura 3 - Kuna Aranduhá em Genebra, maio de 2024, informando sobre a sua participação na Reunião Cedaw, como representante da ANMIGA.



Fonte: @anmigaorg (2025).

[Descrição da imagem]: mulher indígena com pinturas corporais, colares e brincos de pena, vestindo casaco azul, calça marrom e blusa branca. Está localizada em um gramado em frente de um prédio amarelo, sede da ONU em Genebra. [Fim da descrição].

Além de evidenciar a importância da luta pelo respeito ao direito ao território tradicional e das lutas pelas questões referentes às emergências climáticas, pautas em que as mulheres indígenas estão à frente do debate no Brasil e no mundo, as questões

sobre o enfrentamento às violências de gênero têm sido encampadas pelas mulheres indígenas, pois elas são vítimas do próprio Estado, de outros homens indígenas, e também de homens brancos. Ou seja, as mulheres que estão em luta contra um Estado violento e omissivo apontam que as mulheres indígenas sofrem violências em espaços diversos e que seus algozes não são somente os homens brancos, mas também o Estado e seus próprios parentes indígenas. Atuar em espaços coletivos internacionais proporciona um enfrentamento impossível de ser alcançado na luta pelo direito ao território, pois é importante que seu corpo-território adentre outros espaços de luta, como a sede da ONU, em Genebra. Assim, apesar da importância de que reivindicações surjam dos próprios territórios indígenas, esses deslocamentos pelo Atlântico, para a terra do colonizador, permitem desdobramentos e múltiplas articulações, em busca de apoio para as lutas travadas no tempo presente. O que essas mulheres estão denunciando é que as violências sofridas hoje fazem parte de um passado sensível para as mulheres indígenas, violências que não cessaram desde a invasão colonial⁴.

Ao problematizar questões específicas das mulheres indígenas, Kuna Aranduhá (Jaqueline Gonçalves) afirma que o seu corpo e os de outras meninas e mulheres indígenas estão na frente da batalha, sendo que, ao tratar de um corpo-território ancestral, além de reverberar as dores sofridas por suas ancestrais e também por outras mulheres indígenas que tombaram neste processo, elas também sofrem violências cotidianas e precisam ter suas vidas protegidas, por serem ativistas de direitos humanos⁵.

Ao demonstrar a atuação das mulheres indígenas nos territórios tradicionais como protetoras do território, mas também da cultura indígena, a articulação ANMIGA documenta e instrumentaliza os organismos internacionais, enfatizando que há uma luta diária travada para a manutenção de suas existências, mesmo diante da ausência da proteção do Estado Brasileiro em relação às suas vidas. O Estado que deveria proteger todas as pessoas e suas existências é, muitas vezes, o causador das violências, pois, segundo essa divisão de corpos “menos dignos” estão as mulheres indígenas e suas vidas distantes e invisíveis à proteção do ente público.

⁴ Na tese de doutorado defendida em 2024, no Programa de Pós-Graduação em História da Udesc/SC, apresentei o debate que evidencia este caminhar indígena para os movimentos coletivos dos dias atuais, afirmando que, desde a colonização violenta, existe um movimento de resistência pelos povos indígenas no território que hoje se denomina Estado brasileiro. Desde a considerada “descoberta do Brasil”, indígenas resistem à usurpação de seus territórios tradicionais e por isso denominam como “invasão”, e não descoberta, o processo que inicia sobre suas terras tradicionais e seus corpos no século XVI, mas que perdura até hoje.

⁵ A representante considerou e notificou o perigo diante das ameaças sofridas no Brasil por ativistas de Direitos Humanos, principalmente Mulheres Indígenas, Quilombolas etc., o que foi noticiado também no Instagram da articulação, tendo, inclusive, registrado as denúncias de Kuna Aranduhá, a qual relatou as violências sofridas para a representante da ONU Mulheres.

A luta das mulheres indígenas por seus territórios e em defesa do meio ambiente choca-se com interesses conhecidos das elites locais, do agronegócio e de grupos que representam a política, os quais ocupam diferentes espaços de poder e decisão. Desde os primeiros colonizadores até os dias atuais, se mantém narrativas contra os povos indígenas que se reiteram e se atualizam com novos e velhos discursos de ódio e racismo cotidiano. Dentre as inúmeras acusações, há o roubo de terras, sob a justificativa de que os indígenas não são produtivos, mas preguiçosos e, ainda, dependem do Estado para a sobrevivência, o que revela o desconhecimento da diversidade cultural, linguística e o conhecimento ancestral dos povos indígenas.

Ao atualizar o discurso de ódio, se mantém práticas de que os corpos indígenas não merecem a proteção do Estado, pois “corpos abjetos ou deslegitimados deixam de ser considerados como ‘corpos’” (Butler, 2019, p. 39), os quais são descartáveis, matáveis e não importam para o Estado e para um segmento da elite nacional. É preciso estar em outro território e fortalecidas em articulações nacionais como a ANMIGA, para fazer diferentes denúncias, e, ainda, denúncias internacionais para que esses organismos peçam explicações ao governo brasileiro. É através de seus corpos que as mulheres indígenas denunciam um Estado violento e omissivo diante de suas pautas e de suas vidas, que resistem a inúmeros processos de violências. São corpos que se apresentam através de mulheres fortes e resistentes, que vestem suas roupas, pinturas e adereços tradicionais, apresentam suas danças e cantos, em uma performance de luta.

A participação das lideranças indígenas em espaços de poder com alcance nacional, mas também global, é fundamental. As reuniões do comitê CEDAW, nesse sentido, são muito importantes, uma vez que tratam dos direitos humanos das mulheres. A atuação das mulheres indígenas representantes da ANMIGA na esfera global de luta por direitos e igualdade, considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Nações Unidas Brasil, s.d.), como a Igualdade de Gênero (ODS 5) e a Redução das Desigualdades (ODS 10), demonstra a necessidade de levar em consideração as especificidades das mulheres indígenas. A participação de Kuna Aranduhá faz ecoar as vozes das mulheres indígenas e o documento apresentado reivindica a aplicabilidade da Regulamentação de número 39, que trata especificamente das meninas e mulheres indígenas.

É importante considerar que, na maioria das culturas indígenas, há uma restrição das mulheres a espaços políticos; suas falas são restritas ao espaço privado, sendo que, no tempo presente, há uma atuação marcante de mulheres indígenas em espaços públicos e políticos. Como exemplo, cito a atuação das lideranças já mencionadas, como

Sonia Guajajara, atual ministra do Ministério dos Povos Indígenas, além de Célia Xakriabá e Joenia Wapichana, mulheres indígenas que atuam no cenário político nacional. A atuação das lideranças em espaços como a ANMIGA, que possibilitam conexões internacionais, faz com que mulheres indígenas levem seus corpos-territórios, seus conhecimentos e sua força para a esfera internacional, bem como suas experiências como lideranças de suas etnias.

Assim, no caminho das provocações do projeto “Internet segura com perspectiva de Gênero”⁶, reflito como a “Web se transforma em um espaço público de construção e discussão de cidadania” (Wolff; Schmitt, 2024). que, para as mulheres indígenas, é utilizado não somente para conexões locais e globais, mas para formar outras lideranças e ser um espaço de militância conectado. A plataformização proporcionou conectar parentas de territórios distantes geograficamente enfatizando suas pautas comuns, e, também, incentivar novas dinâmicas para os movimentos sociais, buscando apoiadoras e apoiadores para além dos territórios tradicionais.

Dessa forma, percebo que a atuação das lideranças indígenas brasileiras na web e a utilização desse ativismo digital visa não só dar publicidade às lutas, mas também se conectar a outras mulheres indígenas, como as latino-americanas, e ocupar espaços de militância internacional, na esfera dos direitos humanos, conforme o proposto na apresentação do presente artigo. Ainda que seja possível considerar um silenciamento em relação à história indígena no Brasil e, em especial, na história do protagonismo de mulheres indígenas, perceber a importância do ativismo realizado no espaço da World Wide Web na atualidade (especialmente pela articulação ANMIGA, mas também por entidades que reivindicam o direito dos povos indígenas e são atuantes na WEB, como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI)) revela a importância da atuação das mulheres indígenas em espaços políticos de poder e decisão no Brasil, a qual não pode mais passar despercebida.

A ANMIGA é uma articulação recente, mas que se soma às lutas que essas lideranças já desempenhavam em seus grupos, em suas etnias, ou seja, trata-se de um campo de agenciamento coletivo. É importante registrar que os povos indígenas, principalmente após o período da Ditadura Militar Brasileira, se organizaram em coletivos e assembleias. Posteriormente, as mulheres que fazem e faziam parte dessas

⁶ “O projeto Internet Segura com Perspectiva de Gênero visa analisar a internet como um espaço de relações sociais complexas, com foco em questões de gênero, e promover um uso mais seguro e consciente da rede. O projeto, desenvolvido pelo Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da UFSC, busca investigar como as relações de gênero se manifestam e são afetadas nas interações online, com ênfase em violência de gênero e desigualdades digitais (Internetlegh).

organizações passaram a reivindicar e criar novas associações específicas, para que elas se constituam enquanto espaços de mulheres, dentro de suas etnias ou de mulheres de uma região específica do Brasil, como as indígenas da região Amazônica, por exemplo. A partir da Primeira Marcha das mulheres Indígenas, intensifica-se este ativismo digital, o que dá forças para a criação da Articulação Nacional das Mulheres Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA).

Trata-se de uma luta que é coletiva e em nome de toda a humanidade, pois, ao buscar a igualdade de gênero e dar ênfase na redução das desigualdades, bem como ao buscar evitar catástrofes climáticas e a preservação ambiental, as mulheres indígenas pretendem impedir “o fim do mundo”, como nos ensina o indígena Ailton Krenak (2019). Por isso que a participação dessas mulheres indígenas, representantes da ANMIGA nas reuniões do Comitê CEDAW, são tão simbólicas e representativas, por indicar a diversidades das lutas das mulheres.

A almejada igualdade entre os sexos estimou reconhecer as mulheres em um sistema universal de promoção e proteção dos direitos humanos a partir da Carta das Nações Unidas (1945) e da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Desde a carta de 1945, o fito de respeitar e garantir os direitos humanos das mulheres integra um conjunto de normativas internacionais, delas sobressaindo a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, da sigla em inglês), de 1979. A Convenção da Mulher, além de contundente nesse imperativo, insta seus signatários à adoção das medidas necessárias para garantir a igualdade substantiva entre mulheres e homens. Nesse marco, o órgão de supervisão da implantação da Convenção, o Comitê CEDAW, revela-se fonte e mecanismo dessa igualdade ao monitorar os avanços das mulheres em âmbito global (Pimentel, 2008; Bareiro; Torres, 2009). É um processo no qual a interlocução periódica de integrantes do Comitê com representantes da sociedade e de cada Estado-parte resulta na formulação de Observações Finais sobre vários aspectos da situação das mulheres (Pimentel, 2012). Tais observações expõem dados positivos, mas também as debilidades de cada país, entre elas, as falhas de seus sistemas políticos em propiciar a igualdade na representação de mulheres e homens (Prá, 2011, p. 171).

Como signatários do documento entregue ao Comitê, solicitam que o Brasil atenda às determinações para o enfrentamento às violências, pois os Estados-Parte devem eliminar as violências e a discriminação contra as mulheres em diferentes esferas, observando as condições de igualdade entre homens e mulheres. O Comitê se organiza

através das recomendações gerais e especialmente a de número 39, que trata das meninas e mulheres indígenas.

Em relação ao enfrentamento das violências, outros espaços internacionais como a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulheres, de 1994 (Brasil, 1996), e a legislação internacional no âmbito do sistema interamericano, reconhecem expressamente a violência contra a mulher baseada no gênero, bem com a Convenção de Belém do Pará (2008).

Especialmente a presença de uma recomendação específica como a Recomendação Geral de número 39 vem evidenciar que é preciso considerar as especificidades das mulheres e meninas indígenas. Desse modo, o Comitê e suas recomendações necessitam das informações dos signatários enfatizando se há o cumprimento ou não dos Estados diante de suas determinações. É importante ressaltar a existência dos relatórios temáticos denominados “Las mujeres indígenas y sus derechos humanos en las Américas” (CIDH; OEA, 2017) e “Violencia y discriminación contra mujeres, niñas y adolescentes” (CIDH; OEA, 2019), os quais são apresentados aos Comitês, bem como a Corte IDH. As respostas trazidas pelo documento levado por Jaqueline Aranduhá a Genebra são uma resposta às especificidades das mulheres indígenas, evidenciando que são precisos mecanismos específicos para o enfrentamento das violências e discriminações sofridas em seus corpos.

No documento, ainda, há expressa menção às mulheres indígenas, quando se aborda o tema das mulheres encarceradas, destacando-se a preocupação com a falta de serviços de tradução nesse âmbito (Secretaria Nacional de Políticas Penais, 2023). Por essa razão, quando se demanda que o Estado brasileiro atue para facilitar o acesso à Justiça e providencie julgamento justo para as mulheres e meninas em situação prisional, salienta-se que devem ser consideradas especialmente as necessidades das mulheres indígenas (Secretaria Nacional de Políticas Penais, 2023; Kyrillos; Stelzer, 2021).

As mulheres indígenas reunidas na assembleia Kuñangue Aty Guasu organizaram um Mapa das Violências e relatórios com documentos analisados (Nichnig, 2024) afirmam que as violências contra o corpo-território das mulheres indígenas não são casos isolados, mas são violências cotidianas. São inúmeros episódios de feminicídios e violências cometidas contra seus corpos-territórios, no estado do Mato Grosso do Sul, e principalmente na Reserva Indígena de Dourados, onde vivia a liderança Kuna Aranduhá. Segundo as próprias indígenas, estas sobrevivem desde a invasão colonial, sendo que se anteriormente era mais frequente a morte pela mão do homem branco, agora ela ocorre principalmente pelos latifundiários e representantes do agronegócio. No entanto, elas

também são acometidas de violências perpetradas pelos próprios parentes, homens indígenas de suas próprias etnias.

Na Articulação ANMIGA, as indígenas têm evidenciado que são mortes em defesa de seus territórios e, quando se trata de um homicídio causado pelo fato de serem mulheres e estarem em uma situação de desigualdade, estamos tratando do crime de feminicídio (Brasil, 1940), sendo que sua prática está condicionada a mulheres, e as mulheres indígenas em condição de vulnerabilidade social perdem suas vidas por conta das violências. O feminicídio e outros crimes perpetrados contra seus corpos são violências denunciadas por essas mulheres por meio de organizações de mulheres indígenas, como a Kuñangue Aty Guasu, mas também através de Articulações como a ANMIGA. É importante enfatizar que a morte de uma mulher indígena acarreta a morte da cultura e da tradição de sua etnia, por isso é possível pensar no femietnocídio (Nichnig, 2024).

As mulheres indígenas são mulheres que re-existem cotidianamente e buscam a sobrevivência, pois vivem em situações de vulnerabilidade extrema, caracterizadas pela ausência de direitos básicos, como o direito à vida, à saúde, à educação, ao acesso à alimentação e, até mesmo, a direitos básicos, como o acesso à água potável, dentro e fora dos territórios indígenas brasileiros. No documento enviado pela ANMIGA para que seja realizada a revisão brasileira ao Comitê CEDAW, exigindo que seja atendida a recomendação 39, afirma-se especificamente sobre a violência de gênero:

Violência de gênero: Nosso corpo-território seguem sendo violentados de diversas formas. É URGENTE que o estado brasileiro construa ferramentas jurídicas e políticas públicas continuadas de proteção as mulheres indígenas do Brasil, assim como as Casas das Mulheres Indígenas, para acolhimentos e cuidados específicos e efetive o Projeto de Lei 4381/23 que regulamenta os procedimentos a serem adotados pelas delegacias de polícia e órgãos públicos, como secretarias de Justiça, Defensorias Públicas e Ministérios Públicos, para o atendimento de mulheres indígenas vítimas de violência (ANMIGA, 2024).

Evidencia-se a necessidade de um atendimento diferenciado, pois há, além de um racismo estrutural no Estado, uma falta de compreensão das realidades e culturas indígenas, o que se confirma por meio do passado-presente sensível vivenciado por mulheres indígenas e que repercute em suas experiências de hoje.

Conexão entre passados sensíveis e rupturas digitais: por uma prática de história pública que busque visibilizar narrativas de luta na web

As ancestrais das mulheres indígenas foram vítimas de violências, como os feminicídios e os estupros. Na atualidade, elas continuam sendo vítimas de violências. É um trauma que não terminou, pois o próprio Estado atua no sentido de violentar. São traduzidos como episódios de racismo institucional e estrutural e, segundo Grada Kilomba (2019), episódios de racismo cotidianos também vivenciados por mulheres.

A partir da atuação das mulheres indígenas guerreiras da ancestralidade na web, se mobilizam as teorias decoloniais e anticoloniais, pois, ao preservarem seus costumes e tradições, integram outros saberes, como os acadêmicos e escolares, e exercem práticas políticas. A partir da decolonialidade do conhecimento, reflito como as concepções eurocêntricas podem ser descortinadas e repensadas a partir dos saberes indígenas. Assim:

[...] o pensamento-outro caracterizado como decolonialidade se expressa na diferença colonial, isto é, um reordenamento da geopolítica do conhecimento em duas direções: a crítica da subalternização na perspectiva dos conhecimentos invisibilizados e a emergência do pensamento liminar como uma nova modalidade epistemológica na interseção da tradição ocidental e a diversidade de categorias suprimidas sob o ocidentalismo e o eurocentrismo (Oliveira; Candau, 2010, p. 24).

As narrativas e as práticas das mulheres indígenas na atualidade possibilitam uma outra história das mulheres indígenas que, ao buscarem a participação em diferentes espaços públicos e políticos, bem como ao realizarem o enfrentamento às violências, trazem à tona uma história de resistência, que enfatiza suas trajetórias. As mulheres indígenas não estão presas a um passado colonial, são mulheres do presente que estão inseridas nos movimentos indígenas e nas articulações de mulheres, nacionais e internacionais. Nestas articulações internacionais ocupam importantes espaços de denúncia, como a participação no Comitê CEDAW.

Além disso, é preciso enfatizar a necessidade de incluir uma história dos protagonismos de mulheres que traga suas narrativas plurais, incluindo-as na História. Mas é preciso que esta História das Mulheres traga as vozes e trajetórias das próprias indígenas brasileiras, suas trajetórias coletivas e seus protagonismos individuais, uma vez

que elas estão produzindo uma narrativa anticolonial e antirracista, na contramão de uma história eurocêntrica que não potencializa suas narrativas e trajetórias de resistência.

Referências

ANMIGA. ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS MULHERES INDÍGENAS GUERREIRAS DA ANCESTRALIDADE. s.d. Disponível em: <https://anmiga.org/>.

ANMIGA, anmigaorg. As originárias da terra. A mãe do Brasil é indígena. *Instagram*, 5 mar. 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CMC_SAuj3zu/?igsh=MWNvYjkdjZta3hmbA%3D%3D. Acesso em: 16 maio 2025.

ANMIGA, anmigaorg. Justiça para Daiane Kaingang. *Instagram*, 6 out. 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CUtABT4vLv/?igsh=MWY4ZWhiY2g3NDI0OA%3D%3D>. Acesso em: 16 maio 2025.

ANMIGA. A Mulher Terra e Cofundadora da ANMIGA, Jaqueline Aranduhá, do Bioma Pantanal e Cerrado, esteve presente na 88a Sessão da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW). ANMIGA, 2024. Disponível em: <https://anmiga.org/a-mulher-terra-e-cofundadora-da-anmiga-jaqueline-aranduha-do-bioma-pantanal-e-cerrado-esteve-presente-na-88a-sessao-da-convencao-sobre-a-eliminacao-de-todas-as-formas-de-discriminacao-contra-as-mul/>. Acesso em: 23 jun. 2025.

BARRANCOS, D. *História dos feminismos na América Latina*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

BAREIRO, L.; TORRES, I. (ed.). *Igualdad para una democracia incluyente*. Instituto interamericano de Derechos Humanos. San José, C.R.: IIDH, 2009.

BRASIL. *Lei nº 11.340*, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 2.848*, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm. Acesso em: 18 dez. 2023.

BRASIL. *Decreto nº 1.973*, de 1 de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm.

BUTLER, J. *Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"*. São Paulo: n-1 Edições, 2019.

CIDH. COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS; OEA. ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS. *Las mujeres indígenas y sus derechos humanos en las Américas*. CIDH; OEA, 2017. Disponível em: <https://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/mujeresindigenas.pdf>.

CIDH. COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS; OEA. ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS. *Violencia y discriminación contra mujeres, niñas y adolescentes: Buenas prácticas y desafíos en América Latina y en el Caribe*. CIDH; OEA, 2019. Disponível em: <https://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/ViolenciaMujeresNNA.pdf>.

Ingridsateremawe e anmigaorg. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. *Instagram*, 17 dez. 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DDsdQh9RYq1/?igsh=dXhwOWNnOW9sdm5l>. Acesso em: 16 maio 2025.

KILOMBA, G. *Memórias de Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>.

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS. Sonia Guajajara (Mini currículo). *Ministério dos Povos Indígenas*, s.d. Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/composicao/ministra-e-orgaos-de-assistencia-direta/ministra>. Acesso em: 17 maio 2025.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. *Nações Unidas Brasil*, s.d. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

NICHNIG, C. R. *Corpos-territórios Kaiowá e Guarani na Kunangue Aty Guasu: em luta contra as violências de gênero*. 2024. Tese (Doutorado em História) — Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

OLIVEIRA L. F. de; CANDAU, V. M. F. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. *Educ. rev.*, Belo Horizonte, v. 26, n.1, 2010.

ONU Mulheres. *Recomendação Geral nº 39*, de 2022, do Comitê CEDAW. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2023/04/CEDAW-GR-39-portugues.pdf>.

PEDRO, J. M.; LEMES, L. B. A “Primavera das mulheres” nos impasses atuais da democracia no Brasil. In: PEDRO, J. M.; ZANDONÁ, J. *Feminismos e democracia*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

PIMENTEL, S. *Experiências e desafios: comitê sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW/ONU) — relatório bienal de minha participação*. Brasília, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. (Série Documentos)

PIMENTEL, S. El rol de la CEDAW en la construcción de la ciudadanía de las mujeres. In: Comisión Interamericana de Mujeres; Organización de los Estados Americanos. *Inter-American Commission of Women. La democracia de ciudadanía: Visiones y debates desde los derechos de las mujeres en las Américas*, 2012. p.145-161.

PRÁ, J. R. Reflexões sobre gênero, mulheres e política. In: PAIVA, D. (org.). *Mulheres, política e poder*. Goiânia: Editora da UFG, 2011. p. 101-126.

RESENDE, A. C. Z. de; NASCIMENTO, S. M. Lógicas do Sistema Mundo Moderno Colonial e violências contra os Povos Indígenas no Brasil. *Interethnic@ - Revista de Estudos em Relações Interétnicas*, v. 21, n. 2, p. 90-111, 2018.

SCHERER-WARREN, I. Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI. *Política & Sociedade*, v. 13, n. 28, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2014v13n28p13>.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIAS. *Procedimentos direcionados à custódia de pessoas indígenas no sistema prisional*. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2023.

SEGATO, R. L. *Crítica da colonialidade em outros ensaios: e uma antropologia por demanda*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

STELZER, J.; KYRILLOS, G. M. Inclusão da Interseccionalidade no âmbito dos Direitos Humanos. *Rev. Direito e Práx.*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 01, p.237-262, 2021.


WOLFF, C. S.; SCHMITT, E. (org.). *A internet como campo de disputas de gênero*. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2024.

NOTAS

AUTORIA

Claudia Regina Nichnig

Doutora em Ciências Humanas/UFSC; Doutora em História/UDESC.
Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)/Graduação em
História/Programa de Pós-Graduação em História Pública
E-mail: claudianichnig@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9689-8112>

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica.

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA**FINANCIAMENTO**

A pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (FAPESC) a partir dos processos nº 2023TR285 (Projeto “Internet segura com perspectiva crítica de gênero”) e nº 2024TR002221 (“Misoginia: gênero emoções e política nas redes de mídias sociais no Brasil contemporâneo”). Também faz parte do projeto de pesquisa realizado no pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob a orientação da professora Cristina Scheibe Wolff, realizado com Bolsa FAPESC, no período de setembro de 2024 a fevereiro de 2025, e do projeto individual de pesquisa realizado junto à Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) intitulado “Ativismos digitais de mulheres indígenas: conexões, agendas de luta e o enfrentamento às violências de gênero”, de fevereiro de 2025 em diante.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **INTERthesis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a licença *Creative Commons Attribution* (CC BY) 4.0 International.

Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.

Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Publicação no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Daniel Serravalle de Sá

Cristina Scheibe Wolff

Elaine Schmitt

HISTÓRICO

Recebido em: 16-05-2025 – Aprovado em: 28-05-2025 – Publicado em: 24-07-2025